## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

# REQUERIMENTO N° , DE 2022 (Deputado DIEGO GARCIA)

Requer a criação de Subcomissão Especial dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e das Políticas Familiares.

#### Senhora presidente:

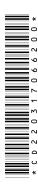
Nos termos do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a criação, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, de Subcomissão Especial dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e das Políticas Familiares, destinada à analizar e estudar os temas de proteção das crianças e dos adolescentes e fortalecimento dos vínculos familiares, além de apresentar possíveis contribuições legislativas.

## **JUSTIFICAÇÃO**

É amplamente conhecida a importância da Primeira Infância, da infância e da família para o desenvolvimento das crianças, adolescentes e o desenvolvimento da família, com consequências duradouras na vida da criança – sejam elas positivas ou negativas. Por exemplo, traumas sofridos, nesse período da vida, podem ser gatilho de problemas de saúde mental ao longo da vida<sup>1</sup>. Por outro lado, crianças com desenvolvimento adequado

<sup>1</sup> Cfr. Catherine Tunnard, Lena J. Rane, Sarah C. Wooderson, Kalypso Markopoulou, Lucia Poon, Abebaw Fekadu, Mario Juruena, Anthony J. Cleare. The





Apresentação: 27/04/2022 18:01 - CCJC

nesses primeiros anos de vida estão em melhores condições para aprender na escola e para relacionar-se com os outros<sup>2</sup>. Por isso, o investimento na Primeira Infância traz retorno tão alto para a sociedade, como apontado pelo economista James Heckman, Prêmio Nobel.

É, portanto, responsabilidade também do Estado assegurar as condições adequadas para o desenvolvimento infantil, o que pressupõe efetivar o previsto no Art. 227 da Constituição Federal, isto é, a "prioridade absoluta" à garantia dos direitos da criança. Cumpre destacar, nesse contexto, o direito à "convivência familiar e comunitária", prevista no referido artigo, que ecoa a "proteção especial" devida à família, tal como prevista no Art. 226 da Constituição. Por isso, cumpre ao Estado assegurar a cada família as condições adequadas para o cuidado das crianças.

Assim, entendemos que essa Comissão de Constuição e Justiça de Cidadania tem papel essencial no acompanhamento da proteção dos direitos da criança e do adolescente, que são garantidos pelo ordenamento jurídico pátrio e pela Carta Magna. Por essas razões, visando analisar e contribuir com discussões acerca da proteção deste grupo vulnerável, solicito o apoio de meus nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2022.

<sup>2</sup> Como demonstrado em diversos artigos a respeito do desenvolvimento neurológico na primeira infância. Disponível em: https://developingchild.harvard.edu/science/key-concepts/brain-architecture/



impact of childhood adversity on suicidality and clinical course in treatment-resistant depression. Journal of Affective Disorders, Volumes 152–154, 2014, p. 122-130. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jad.2013.06.037.

#### **DIEGO GARCIA**

### Deputado Federal – REPUBLICANOS/PR



